



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berardin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namiir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Severino Félix (48). Achar-se ausentes dos seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Basílio Zanusso, Dobrandino da Silva, José Tavares, Rossoni e Toti Colaço (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 57/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar ao art. 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, um inciso IV, instituindo o Grupo "D", com alíquota interna de 7% (sete por cento) para cobrança do "imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre presta-

ção de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS", incidente sobre tijolos, telhas, tubos e manilhas que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa, consubstancia o resultado de estudos recentemente concluídos pela Secretaria de Estado da Fazenda e é revestido de alto significado, eis que, tal medida legal virá proporcionar sensível redução no custo da construção de moradias no Estado do Paraná, mormente de casas populares, onde os produtos atingidos pela redução do tributo constituem componente cuja proporcionalidade no custo final é mais expressiva.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 23 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV com a seguinte redação:

"IV - GRUPO D: alíquota de 7% (sete por cento) para:

1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº ATCC 3111/92, do Senhor Deputado Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta a Pedido de Informações solicitadas pelo Deputado Renato Adur, sobre "saneamento básico nesta Capital". - **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Ofício nº SPB 1353/92
Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na sessão ordinária do dia 11.08.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.08.92
(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1228
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após a presente sessão, para discussão e votação do Projeto de Resolução n° 10/92, que trata da criação do estado do Iguçu.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Daichmann, ocorrido nesta Capital no último dia 06 de agosto.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 73 anos faleceu, nesta Capital no dia 06.08.92, o Sr. José Daichmann.

O extinto era viúvo da Sra. Zaira Daichmann, e deixa duas filhas, três netos e três bisnetos.

José Daichmann, José "Bacuri" como foi carinhosamente chamado, deixou enorme lacuna, que jamais será preenchida, não apenas entre seus familiares mas entre seus colegas do futebol, da imprensa e seus amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo José.

A partir de 1949, Daichmann passou a colaborar com o jornal especializado Paraná Esportivo, continuando o seu trabalho, mais tarde, no Diário da Tarde, onde era responsável pela coluna "Últimas da Federação". Foi relações públicas da Federação Paranaense de Futebol durante várias gestões do Presidente José Milani e funcionou também como representante dos clubes do

interior do Estado.

Em 1964, como assessor de imprensa da Federação Paranaense de Futebol, na gestão do Dr. José Milani, participou ativamente na organização e divulgação da primeira TAÇA PARANÁ, entre clubes amadores de todo o futebol do Paraná. Esteve pessoalmente acompanhando os Diretores da Federação Paranaense, bem como outros convidados, inclusive o Presidente do Curitiba F.C., saudoso Dr. Reinaldo Dacheaux Pereira, em União da Vitória quando o representante local, o Ferroviário Esporte Clube sagrou-se o primeiro campeão da "TAÇA PARANÁ". Naquela oportunidade, foi apresentada à população de União da Vitória a "TAÇA JULES RIMET", onde permaneceu em exposição por dois dias em homenagem ao Clube Campeão.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Daichmann endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações ao Senhor Nelson Gherston, Assessor de Apoio ao Deficiente da Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente daquela Assessoria, que culminou pela formação de quatro (04) deficientes mentais na profissão de jardineiros.

Inegavelmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Curitiba novamente dá o exemplo com um trabalho inédito e que, por certo, abrigará uma nova mentalidade com referência a necessidade de darmos aos deficientes uma ocupação digna, integrando-os na sociedade.

De parabéns, portanto, a Assessoria de Apoio à Pessoa Deficiente da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Requer outrossim, que sendo aprovado este requerimento, seja oficiado ao ilustre homenageado e ao Prefeito Jaime Lerner, dando-lhes ciência da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1232

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações e reconhecimento ao empresário Sr. Werner Egon Schrappe pelo trabalho eficiente e honesto que prestou à Associação Comercial do Paraná, enquanto Presidente da entidade.

Hoje, às 20:00 horas, ocorrerá a solenidade de posse da nova Diretoria da Associação Comercial do Paraná, e por isso nada mais justo que esta Assembléia Legislativa preste uma homenagem ao Presidente que transmite o cargo bem como à todos membros que o acompanharão em sua gestão.

Requer, outrossim que, em sendo aprovado este requerimento, seja oficiado ao ilustre homenageado, dando-lhes ciência da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações à empresária Maria Christina de Andrade Vieira que, hoje, 11 de agosto, às 20:00 horas, será investida no cargo de Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Trata-se, inegavelmente, de um fato inédito e altamente marcante, pois que representa o reconhecimento de toda uma classe empresarial ao brilhante trabalho de uma mulher que sempre se destacou pela sua capacidade, competência e dinamismo em todos os empreendimentos a que se dedicou.

Requer, outrossim que, em sendo aprovado este requerimento, seja oficiado à ilustre homenageada, dando-lhe ciência da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata destes trabalhos, voto de congratulações e muito aplauso à nova diretoria da Casa do Estudante Nipo - Brasileira de Curitiba, cuja solenidade de posse acontecerá dia 15 de agosto próximo. Em particular, que se faça comunicação ao novo presidente, Airton Yoshiaki Notoya, a quem desejamos muito sucesso e gestão de grandes realizações.

Estendemos estes cumprimentos a toda a sua equipe!

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente.

Os. Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, manifestar integral apoio e solidariedade a luta dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná contra o aumento abusivo das mensalidades escolares determinada pela direção da entidade para os próximos meses.

O aumento pretendido pela PUC é exorbitante e está baseado em um dos índices mais elevados que é o da Fundação Getúlio Vargas, perfazendo um total de 98% (noventa e oito por cento) de acréscimo às mensalidades.

A maioria dos estudantes não possui condições de frequentar seus cursos com uma elevação de valores de tal monta.

O objetivo do movimento que desencadeiam é justamente demonstrar à direção da PUC o reajuste abusivo e irreal das mensalidades, propondo alternativas concretas e suportáveis para o pagamento dos cursos; e assim tornando possível a concretização de um dos maiores princípios elencados por nossa Carta Magna: o direito à educação.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

LYGIA PUPATTO

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: João Iensen.

REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando-lhe as seguintes informações:

I - Qual a origem das denúncias sobre a existência de um cartel de empresários dentro da COPEL, que fizeram com que sua Excelência determinasse ao Senhor Ouvidor Geral - Senhor Olivir Gabardo, a instauração de uma auditoria para apurar os fatos e punir os responsáveis pela ocorrência daquilo que, segundo a imprensa, foi denominado pelo Chefe do Executivo como "CARTEL DA FRAUDE" e "UM VERDADEIRO SINDICATO DA CORRUPÇÃO";

II - Se essa auditoria foi efetivamente instaurada e quais os membros que a compõem;

III - Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, que o Senhor Governador determine a quem de direito o encaminhamento a esta Casa Legislativa de cópias autênticas de todas as provas até então coletadas, bem como do parecer final ou

parcial dos Senhores Auditores, já que o prazo de quinze dias que lhes foi assinado decorreu sem que a imprensa, este Legislativo e sociedade tomassem conhecimento de suas conclusões.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem origem na ampla divulgação dada pela imprensa paranaense sobre a existência de um cartel de empresários agindo dentro da COPEL, fato esse que teria sido denunciado ao Senhor Governador do Estado que determinou a pronta instauração de auditoria para apurar os fatos e punir os responsáveis.

Até agora, entretanto, nada mais se soube a respeito, pois tanto o Governador do Estado como a própria imprensa se calaram e nenhum esclarecimento prestaram que pudesse confirmar ou desmentir fato tão grave.

Eis a razão deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, fazendo apelo no sentido de criar o curso do 2° grau, na ESCOLA ESTADUAL "FRANCISCO FERREIRA BASTOS", na cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 11.08.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Mário Bezerra e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É o setor da cidade onde se localiza a ESCOLA ESTADUAL "FRANCISCO FERREIRA BASTOS", um dos mais densos da cidade de Arapongas e ali residem os ocupantes dos núcleos habitacionais "Semíramis Lacerda Braga"; "Gal. José Bretas Cupertino" e "Tropical", com mais de 1.000 casas.

A população juvenil que demanda para o ensino de 2° grau é numerosa e a necessidade de dotar aquela região desse benefício educacional é imperiosa, visto que torna o acesso ao curso mais fácil e econômico.

Com isso o Governo do Estado estaria mantendo sua ação priorizada à qualidade e reestruturação do Ensino Médio.

REQUERIMENTO N° 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, fazendo apelo no sentido de dotar de

iluminação pública o trecho rodoviário entre o CAMPUS UNIVERSITÁRIO e o CONJUNTO TROPICAL, em Arapongas, bem como a melhoria do Viaduto que liga as rodovias PR-444 e PR-218.

Sala das Sessões, em 11.08.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Mário Bezerra e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado vem, desde o ano passado, exatamente em 17 de setembro e 16 de outubro, clamando contra o descaso que o Governo do Estado, mais propriamente a Secretaria dos Transportes, ocupada pelo vice-Governador, dá aos trechos rodoviários localizados nas PR-369/444 e 444/218, em Arapongas.

A Assembléia, por duas vezes, aprovou requerimentos deste Parlamentar.

O primeiro deles, que fazia a denúncia da deficiência existente nos referidos trechos e apelava para sua solução, pedido dirigido ao "double" de Secretário e vice-Governador.

O segundo, que instituiu a COMISSÃO EXTERNA, composta de três Deputados, para verificar "in loco" as condições precárias e suicidas dos referidos trechos rodoviários.

Até a presente data, passado quase um ano da denúncia e do apelo, o Senhor Secretário dos Transportes faz ouvidos moucos aos pedidos e os acidentes se sucedem, como o ocorrido no mês de julho, exatamente no conhecido "ponto negro", que é a saída do Viaduto.

Não se admite, nem por capricho eleitoral, que o Senhor Secretário dos Transportes e vice-Governador, continue submetendo a população de Arapongas a um risco desnecessário as suas vidas e integridades físicas.

Que, pelo menos, determine com a urgência que o caso requer, a iluminação da referida área, para segurança dos 1.200 habitantes do núcleo residencial "Tropical".

REQUERIMENTO N° 1237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, repudiando a morte do tigre siberiano "Alexei", fugitivo do Gran Circo Norte-Americano, morto no dia 29 de julho próximo passado, com dezenas de tiros disparados pelos policiais militares que o perseguiram; e que, segundo afirma George Stephanovich, domador e dono do circo, a polícia deveria ter esperado para só ati-

rar se o animal avançasse, pois estava a menos de cinco metros do tigre, e a seu lado havia um homem com uma arma com tranquilizantes, que não teve chance de utilizar.

Isto caracteriza o despreparo dos integrantes da Polícia Militar, que não sabem como agir em situações como esta.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste à Sociedade Protetora dos Animais.

Sala das Sessões, em 11.08.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1238

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor EURO BRANDÃO, Reitor da Pontifícia Universidade Católica, em Curitiba, pedindo que o mesmo inicie o processo de negociação com os estudantes, procurando encontrar uma solução para o conflito sobre o reajuste das mensalidades.

Sala das Sessões, em 11.08.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

LYGIA PUPATTO

Apoiamto: Cleiton Kielse, Paulo Maia, Mário Bezerra, Luiz Carlos Alborghetti, João Iensen, Geraldo Cartário, Oswaldo Trevisan, Orlando Pessuti, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Emilia Belinati e Colombino Grassano.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 212/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a transferir ao Município de Castro o hospital Ana Fiorillo Menarin, pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, com seus bens imóveis, móveis e semoventes.

Art. 2° - O Hospital Ana Fiorillo Menarin permanecerá integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e terá suas atividades financiadas de acordo com os critérios previstos na Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por duas vezes essa Assembléia Legislativa aprovou Requerimento de nossa autoria, em 17 de setembro e 16 de outubro do ano passado, pedindo providências ao Secretário de Transportes, ocupada pelo Senhor Vice-Governador do Estado, para tomar providências nos trechos rodoviários localizados nas PR-444 e 218. (Lê:)

O primeiro deles, que fazia a denúncia da deficiência existente nos referidos trevos e apelava para sua solução, pedido dirigido ao "double" de Secretário e Vice-Governador.

O segundo, que instituiu COMISSÃO EXTERNA, composta de três Deputados, para verificar "in loco" as condições precárias e suicidas dos referidos trechos rodoviários.

Até a presente data, passado quase um ano da denúncia e do apelo, o Senhor Secretário dos Transportes faz ouvidos moucos aos pedidos e os acidentes se sucedem, como o ocorrido no mês de julho, exatamente no conhecido "ponto negro" que é a saída do viaduto.

Não se admite, nem por capricho eleitoral, que o Senhor Secretário dos Transportes e Vice-Governador, continue submetendo a população de Arapongas a um risco desnecessário as suas vidas e integridades físicas.

Que pelo menos, determine com a urgência que o caso requer, a iluminação da referida área para segurança dos 1.200 habitantes do núcleo residencial "Tropical".

Deputado COLOMBINO GRASSANO

Porque enquanto assistimos esse drama dos araponguenses, o Jornal "Correio do Sudoeste" publica a seguinte matéria:

CORREIO DO SUDOESTE - 11.08.92 - pág A/2
COLUNA FÁTIMA BORTOT

Dimas e Sebastião visitam a redação do CS em PB.

Dimas de Abreu, da diretoria de Apoio aos Municípios, do DER e o candidato a vice-prefeito pela União por PB, Sebastião Bordin da Silva, visitaram na última sexta-feira, a redação do CS em Pato Branco. Dimas faz um giro pela região, fiscalizando as obras financiadas pelo governo do Estado.

Mas além do trabalho de fiscalização, Dimas, que já foi vereador em Pato Branco, está visitando empresas e lideranças políticas do PMDB.

Sobre o processo sucessório em Pato Branco, o diretor do DER diz que a maioria das administrações passadas tiveram um enfoque doméstico, sem ligações maiores com o governo do Estado, por falta de representatividade. "Muitas obras, solicitadas pela região, serão realizadas com maior

empenho se forem vitoriosos os candidatos a prefeito ligados ao governo.

O Senhor Diretor do DER, ao invés de fazer declarações políticas, já foi aos candidatos do seu Partido, deveria estar visitando o Município de Arapongas para verificar as precárias condições do trevo na BR 218 e BR 444. E desta forma tomando as providências necessárias e já reclamadas aqui pela terceira vez ao Senhor Secretário dos Transportes vice-Governador Mário Pereira. O Paraná precisa que todos se unam em torno dos problemas para solucioná-los. Não pode haver discriminação de quem quer que seja, pois se assim continuar será inevitável, não apenas a divisão territorial, mas a divisão entre os paranaenses, que é motivo de muita apreensão para os homens que têm responsabilidades.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o horário do Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A semana passada a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrou com um requerimento nesta Casa, pedindo para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se manifestasse em relação ao Governo Collor. Se manifestasse favorável à saída de Collor pedindo a sua renúncia. Para nós trabalhadores as maiores vítimas da política econômica e social do atual Presidente, nada mais justo que Collor renuncie o seu mandato por incapacidade não só política mas administrativa.

É importante um Parlamento se manifestar! O Poder Executivo do Estado do Paraná na figura do Sr. Governador já se manifestou favorável à renúncia de Collor. A população em todas as pesquisas de opinião feitas tem se manifestado pela renúncia de Collor. Mas ontem o Deputado Lourenço Fregonese do Partido da Reconstrução Nacional PRN, o malfadado PRN entra para que essa Assembléia se manifeste pedindo a renúncia da Prefeita Maria Luíza Erondina.

Deputado Lourenço Fregonese, o Senhor como boa parte da população tem memória curta, V.Exa. no ano passado votou favorável à aprovação das contas da Prefeita de São Paulo quando esse Parlamento se manifestou favorável. V.Exa. votou favorável ao IPTU progressivo como requerimento proposto pela nossa Bancada. V.Exa. tem duas palavras e entrou em contradição assim como o PRN Partido ao qual V.Exa. participa. E nós, aqui e agora, em nome do Partido dos Trabalhadores responderemos uma a uma as acusações colocadas pelo Senhor em vosso requerimento. As justificativas contidas naquele requerimento foram publicadas

como matéria paga na Folha de São Paulo do dia 07.08.92, assinada pelo Sr. Sérgio de Azevedo Redot, Presidente do Diretório Zonal do PDS, bairro Butantã. PDS, Sr. Deputado, o Partido da ditadura, Sr. Deputado, o mesmo Partido ao qual Collor de Mello pertenceu, o mesmo partido que lhe dá sustentação hoje em todas as suas falcátruas e corrupções no Poder Central. PDS, o filho da ARENA, o primogênito da ARENA assim como o PRN é filho da ARENA e V.Exa. o é compactuando com a ditadura, com os assassinatos e com as mortes que tiveram durante a ditadura.

Responderei, uma a uma, aquelas acusações do requerimento.

Quero dizer ainda mais. A Prefeitura de São Paulo entrou na justiça com o direito de resposta relativa àquela matéria paga e foi acolhida pelo Sr. Juiz.

O Deputado Lourenço Fregonese sai do Plenário para não ouvir a verdade. Isso ocorre com todos os mentirosos que fazem e falam mentiras, que dizem aos quatro ventos as mentiras, na hora de ouvir a verdade retiram-se porque sabem que a verdade machuca, que a verdade fere. Por isso o Deputado retira-se do Plenário para não ouvir o que deveria ouvir, uma vez que escreve a mentira e depois não quer ouvir a verdade.

Sr. Deputado, tenha hombridade, volte para ouvir e responda, se tiver razão.

Não é verdade. Diz o requerimento que a Administração de Erundina foi denunciada pelo Procurador-Geral da Justiça de São Paulo pela formação de quadrilha na CMTC. Isso não é verdade! A Administração Municipal não foi denunciada pelo Procurador-Geral da Justiça pelos fatos ocorridos na CMTC. Ao contrário, foi a Prefeita quem determinou em julho de 90 a realização de auditoria interna e externa pela empresa Arthur Andersen, além do afastamento dos supostos envolvidos. Foram essas as providências do Executivo Municipal que levaram ao oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público em maio de 1991.

Diz o Deputado Lourenço Fregonese que Erundina está indiciada em ação penal por ter firmado sem licitação contratos para reforma do autódromo de São Paulo. Sr. Deputado, não é verdade que a Prefeita foi indiciada pela execução das obras de reforma do autódromo de Interlagos. O que existe é uma denúncia do Procurador-Geral da Justiça não recebida até o momento pelo Tribunal de Justiça. A bem da verdade, a contratação dessas obras, segundo entendimento dos técnicos da Prefeitura, foi efetivada em estrita obediência à legislação aplicável.

Não é verdade que o Vice-Prefeito, ao se referir ao caso da LUBEKA, dizendo que o Vice-Prefeito se afastou, não é verdade

que ele não tenha assumido as suas responsabilidades legais. O Vice-Prefeito tem assumido em todo o momento em que foi chamado à Administração Pública de São Paulo.

Diz ele que o caso LUBEKA não foi esclarecido. A Polícia Federal verificou todas as contas de campanha do candidato Lula, todas as contas de campanha da direção executiva nacional do Partido dos Trabalhadores; a Polícia Federal verificou todas as contas da Administração de São Paulo e escreve: "Infelizmente, nada constatamos". É isto que está no laudo da Polícia Federal para ver que, inclusive, a Polícia Federal ter tomado posição política contra a administração de São Paulo.

Diz o seu ponto quatro que o Tribunal de Contas do município rejeitou um contrato de quarenta e cinco milhões de dólares, firmado sem concorrência pela CET. Esta informação, Srs. Deputados, não é correta. A informação de que o Tribunal de Contas do município rejeitou contrato pela CET.

O Tribunal de Contas emitiu parecer de não ter recolhido pelo plenário da Câmara Municipal conforme deliberação dos Srs. Vereadores na sessão de 24.09.91.

Diz o Sr. Deputado Lourenço Fregonese que a Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Prefeita por desviar dinheiro para fazer propaganda. Não houve desvio de dinheiro. A administração municipal somente utilizou para publicidade os recursos expressamente previstos na lei orçamentária aprovada pela Câmara Municipal, não havendo qualquer decisão definitiva do Poder Judiciário a respeito da matéria.

Diz também o Sr. Deputado que o Tribunal de Contas condenou a prefeitura por gastos em propaganda na época da contratação do ator Jack Palance. Sr. Deputado, a Prefeitura de São Paulo não foi condenada, não gastou recursos indevidamente para veicular qualquer tipo de propaganda ou seja essa propaganda no rádio ou na televisão ou qualquer outra, portanto a prefeitura não está sendo acusada pelo Tribunal de Contas em razão desta matéria.

Diz a sua acusação nº 8 que Erundina permitiu que seus assessores desviassem merenda escolar que acabou sendo distribuída para alimentar porcos. Sr. Deputado, a administração Erundina não é administração de Collor de Mello e da primeira dama Rosane Collor, desviando dinheiro para Marta de Canapi. no Estado de Alagoas.

Aquela Marta, sim é que tem pego merenda escolar para uso próprio ou para eleger governadores como foi o caso do Governador eleito pelo Estado de Alagoas e aquela questão da merenda todos os alimentos foram analisados pelo Instituto Adolfo Lutz de São Paulo e nenhum deles estava bom para o consumo humano, por esta razão

é que aqueles alimentos foram jogados fora, porque não serviam para o consumo humano.

Diz ainda o Senhor que a mesma merenda destinada as crianças carentes foi desviada para alimentar participantes de um congresso da CUT.

O Sr. deve saber muito bem que todos os congressos realizados ou encontros por trabalhadores são financiados por suas próprias entidades e todas essas entidades solicitam auxílios de órgãos públicos e privados, ao ser solicitado a Prefeitura de São Paulo ela jamais concedeu merenda escolar para esse tipo de atividade.

Naquele momento uma estatal de São Paulo foi quem concedeu, portanto V.Exa. tem que informar-se melhor para poder fazer acusações.

O Senhor diz que a Prefeita foi desafiada e não mostrou as planilhas de custos da CMTC. Sr. Deputado, não é verdade que a administração não divulgou as planilhas de custos, ao contrário em cumprimento a legislação e antes de qualquer reajuste de tarifa a Prefeitura de São Paulo sempre encaminha à Câmara Municipal todos os dados que justificam a medida.

As planilhas são encaminhadas, são estabelecidas com base em estrutura tarifária aprovada pelo Conselho Municipal de Tarifas, órgão composto por representantes das entidades e sociedade civil, portanto V.Exa. tem que informar-se melhor para fazer acusação.

A Prefeitura de São Paulo, ao contrário de muitas outras capitais brasileiras não faz aumento de tarifa sem passar pela Câmara Municipal que é o que não ocorre na Prefeitura de Curitiba. Em São Paulo é ouvido o Conselho que estabelece as tarifas o que não ocorre em muitas capitais brasileiras.

Diz o Senhor Deputado Lourenço Fregonese e o Senhor Sérgio de Azevedo, Presidente do PDS, que Erundina tentou sobretaxar os imóveis através do IPTU. V.Exa. deve ter lido e deve ter tomado conhecimento que a Frente Nacional de Prefeitos assumiu a nível nacional a proposta do IPTU progressivo em todas as cidades. A Prefeitura de São Paulo isentou 550 mil imóveis e somente 2% dos imóveis da capital é que são sobretaxados com o IPTU, os 2% mais ricos, os 2% da população de maior poder aquisitivo.

Sr. Deputado, V.Exa. faz ouvidos moucos! Provavelmente não deve ser só surdo, mas deve ser cego para não enxergar o que ocorre no Governo Collor. Governo Collor que, em dois anos e meio de mandato apresenta uma recessão econômica com o PIB negativo. Governo Collor que trouxe desemprego e recessão, fazendo com que hoje cerca de 70 milhões de brasileiros passem

fome, conforme dados oficiais do próprio IBGE. O Senhor que agora faz ouvidos moucos, que não enxerga, não nota que esta população diminui o seu consumo de feijão no Governo Collor no ano de 90 em 20%. E está estimado que ainda este ano vai diminuir ainda mais este consumo.

V.Exa. faz ouvidos moucos e não enxerga que esta população morre hoje nas portas dos hospitais, enquanto o Ministro apoiado por V.Exa. comprava bicicletas superfaturadas, mochilas superfaturadas, comprava remédios superfaturados, calças superfaturadas. V.Exa. não enxerga que a educação brasileira está sendo sucateada, que as escolas públicas estão sendo destruídas e que o dinheiro público está indo na sustentação das escolas privadas. V.Exa. não enxerga que o meio usado ainda para ganhar mais dinheiro e aumentar a corrupção são as construções dos CIAC's a nível nacional, sem nenhuma proposta pedagógica.

V.Exa. deveria abrir os olhos e acompanhar mais de perto o que está ocorrendo na CPI da corrupção do PC e do Fernando Collor. São cerca de 61 perguntas que a Folha de São Paulo não responde. E a CPI hoje indica que o Governo Collor já gastou, só ele, onze milhões de dólares de dinheiros e de fonte subterrânea e de fonte paralela e de fonte via corrupção. V.Exa. deveria enxergar e ver o que anda ocorrendo no nosso País, que inclusive perguntado ao Sr. Ermírio de Moraes se PC Farias se apresentava em seus contatos como empresário, como amigo pessoal de Collor, Antônio Ermírio não teve dúvida e respondeu: "É óbvio, pois ele era o seu tesoureiro."

E é tão óbvio para toda a sociedade e até a alta burguesia nacional está enxergando, mas a informação não chega talvez a Paranaguá ou não chega a um Deputado de Paranaguá, porque ele está desinformado e não sabe o que se passa neste País.

Deve enxergar, Sr. Deputado, apesar de o Senhor estar à beira mar - talvez ficando somente tomando banho de mar - é que faz com que não veja o que está ocorrendo em nosso País, não enxergue o quanto Collor está sendo nocivo e querer comparar Collor com Erundina, ou é ingenuidade ou é burrice ou é ser mal caráter.

Como ingênuo e burro eu sei que V.Exa. não é, só resta uma alternativa para o que apresentei.

Não adianta fazer de conta que não está nem aí, que não presta atenção, porque deve V.Exa. estar com vergonha de ter se aliado ao PDS para justificar esse pedido de renúncia de Erundina.

A Câmara Municipal de São Paulo, a quem de direito ou de dever cabe tomar tal posição, jamais conseguiu ter argumen-

tos para isso.

Agora, o Deputado que apresentou, ele não apresentou tal requerimento com uma única razão: a razão de vingança que leva qualquer moleque a fazer. É atitude de briga de moleque que, se alguém apresenta, eu tenho que reagir e reagiu num nível muito baixo, aquele que agora faz ouvidos moucos ao que aqui falamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, concedo a palavra ao PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PST.

(Declina).

PRN.

Com a palavra o Senhor Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Até agora há pouco, nós ouvimos um Parlamentar, um médico, uma pessoa que pretende ser prefeito em Curitiba, que não tem tirocínio e também não tem controle emocional, uma pessoa que não entende democracia, que não entende as posições do Parlamento, uma pessoa que esquece de ser legislador e quer ser juiz.

Infelizmente o ilustre Deputado Florisvaldo Fier, uma pessoa que tem muito pouca coisa a se orgulhar da sua vida passada, vem a esta tribuna insultar, porque é a única coisa que este Deputado sabe fazer na sua vida. Eu diria mais: vamos acabar com a hipocrisia nesse País, vamos acabar com esta falsidade que está acontecendo neste País, vamos, como diz o meu colega Alborghetti: "...lavar a cara deste País", porque ontem eu estive aqui na Assembleia, escutando cada pronunciamento, concordei plenamente com o pronunciamento do ilustre Deputado, Dirceu Manfrinato, no qual pedia que a CPI chegasse às suas conclusões, doesse a quem doesse. Nós também concordamos.

Simplemente quando nós vimos esse pedido da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos não fizemos nada de mais. Só pedimos que se aditasse um outro requerimento e que se fizesse justiça nesse País, porque se acusa o governo federal, também já se acusou e se acusa o governo da cidade de São Paulo.

Os acusadores do governo Federal, por exemplo, Orestes Quércia, também têm o que falar. Como vive Orestes Quércia? Ex-go-

vernador, e vive uma vida de milionário.

Como vive Luiz Ignácio da Silva, o Lula, o homem que não tem trabalho, está desempregado, ex-parlamentar, e vive às mil maravilhas em hotel cinco estrelas, vive de jatinho particular, são coisas inexplicáveis a este País.

O que nós queremos é justiça, é vergonha na cara. O povo brasileiro não aguenta mais.

Achamos que, vejam bem, o crime deve ser combatido, e não o tamanho do crime. Se Collor é criminoso, Erundina também é, Quêrcia também o é. E outros tantos políticos também o são. E não só os políticos, mas as pessoas que trabalharam no primeiro, segundo e terceiro escalões dos governos que aí estiveram. E nós temos moral para isso, para dizer a todo este Estado do Paraná que é necessário que se lave a cara, é necessário que as pessoas mostrem realmente suas intenções e não usem episódios como estes para "puxar a sardinha" para o seu lado.

O Dr. Rosinha - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Não lhe dei o aparte.

Vossa Excelência fique aguardando o seu momento.

Agora, se o senhor vem aqui responder pela Prefeita Erundina, o que me deixou bastante perplexo.

Eu não fiz nada demais. Não pedi que o processo da CPI parasse. Não pedi que o "impeachment" não viesse a acontecer. Eu simplesmente pedi que fosse aditado, através de um requerimento a ser votado por esta Casa. E também existem irregularidades. E se Collor é acusado de roubo, Erundina também o é, o Quêrcia também foi e outros parlamentares.

E nós tivemos aqui um exemplo de partido político que foi quando o PST, imediatamente após as acusações do Deputado Federal José Felinto, tomou imediatamente uma atitude que pedia a expulsão deste Deputado. Este Deputado saiu do Partido para não constranger a integridade dos seus companheiros de sigla.

O que queremos é que simplesmente se faça justiça, que o PT acuse, mas também saiba ser acusado. O que queremos é que se acabe com a hipocrisia que acontece neste País, como aconteceu aqui neste Parlamento quando o Deputado Florisvaldo Fier, tomado de uma ira fantástica, quis se desculpar pela Prefeita Erundina.

Se Collor for culpado, e a Polícia Federal está averiguando, a CPI está averiguando, que ele pague as consequências. Agora, que também pague a Prefeita Erundina pelas consequências dos seus desmandos

na Prefeitura de São Paulo. E que pague qualquer prefeito, qualquer vereador, qualquer governador deste País por tudo o que se fizer contra o povo brasileiro. O que eu quero é que se acabem as hipocrisias. Chega de mentiras, chega de o PT tentar mudar as coisas deste País.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se o Deputado desejar, nós cedemos o Horário do PST, Partido Social Trabalhista.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Obrigado, Deputado.

O que nós quisemos aqui ontem... O Deputado Paulo Maia veio, foi coerente, Deputado Algaci Túlio.

Foi coerente o Deputado Rafael Greca. Foram coerentes. Todos nós, pessoas de bem neste País, estamos esperando o fim da CPI. E, a partir dos resultados da CPI, daremos a nossa opinião, o que nós achamos que deve ser feito.

Agora, é muito fácil chegar e acusar, ofender, até de mau caráter o Deputado Florisvaldo Fier, vejam bem, até de mau caráter o Deputado Florisvaldo Fier quis acusar este Parlamentar!

Quem? Florisvaldo Fier! É só vocês abrirem as páginas para ver o passado que tem este homem. Perguntem a quem viveu com ele! Perguntem a quem convive com ele, quem é este Deputado!

Agora, se nós queremos, realmente, justiça, pare a hipocrisia neste País. E que se calem as línguas que só sabem ferir, que não sabem discutir, que não sabem conviver através da democracia!

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Deputado, fale do meu passado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos fazer algumas considerações neste Horário de Liderança do PT, a respeito das discussões ocorridas neste Plenário hoje.

Nossa bancada apresentou um requerimento na última quinta-feira, que foi perdida discussão pelo Deputado Nelson Justus, e que viria para Plenário, deveria ser ontem.

O Deputado Lourenço Fregonese, infelizmente, foi infeliz, na nossa avaliação, quando apresenta um requerimento para apensar ao nosso requerimento, que pedia, democraticamente, nós temos este direito, de apresentar aqui um requerimento que a

Nação brasileira hoje reclama. A corrupção, a safadeza, que hoje estão expostas neste País. Alguém tem dúvida que o Presidente Collor é parceiro e está envolvido com o PC Farias? Alguém tem dúvida hoje, disso, no País?

Nós temos o direito de apresentar o requerimento. A Assembléia não é obrigada a aprovar, de que o Presidente da República renuncie, mandar um expediente ao Presidente da República.

O Deputado Fregonense tem, também, o direito de apresentar o requerimento e pedir a renúncia da Prefeita Erundina. Mas, que no nosso entendimento, não tem nenhum nexos, porque quem é a Assembléia para julgar a Prefeita de um município, quando aqui a alguns dias se pedia que se fizesse auditoria, através de requerimento, para que este Plenário autorizasse a auditoria num município, vários Srs. Deputados se pronunciaram contrários, porque não era função desta Assembléia Legislativa!

É totalmente diferente, Deputado Fregonense! É totalmente inoportuno o seu requerimento! Primeiro, porque pede apenas ao requerimento da nossa Bancada. Faça um requerimento vosso e apresente à Assembléia, para que vote. Se não quer votar o nosso requerimento, não vote! Nós temos o direito de apresentar! Mas, isto prova um ato vingativo e demagógico: apresentar um requerimento de renúncia da prefeita, apensado ao requerimento que nós apresentamos pela renúncia do Presidente Collor!

Não tem nexos! Isto é aprova de revanchismo ou medo. Ou não se tem outras formas. Quem tem moral para defender o Presidente hoje, neste País? Quem tem, Srs. Deputados? Não existe alguém que tenha esta condição. Pelo menos que pense bem e que não esteja com a mentalidade meio complicada.

Então, a justificativa apresentada pelo Deputado Lourenço Fregonense de que deveria se pedir a renúncia da Prefeita Erundina, pelo amor de Deus, não tem fundamento! Não tem nexos! Os desmentidos estão claros. São coisas infundadas. Sem nenhuma condição. Primeiro, que o Estado do Paraná dê competência para o Município de São Paulo, da Câmara de Vereadores a pedir o impedimento da Prefeita, se ela deve, porque a Câmara de São Paulo não pediu, até hoje, o impedimento da Prefeita, porque tudo é mentira e está a prova aqui este documento anexado, ou estas justificativas que o Deputado Fregonense apresenta juntando ao requerimento, está aqui comprovado que é uma matéria paga no jornal "Folha de São Paulo" do dia 07/08, paga, matéria paga, escrito aqui pelo Sr. Sérgio de Azevedo, Presidente de uma Zonal de São Paulo e todas as matérias são desmentidas pela imprensa e pela Justiça de São Paulo.

Infelizmente o Deputado Lourenço Fregonense não foi feliz.

Nós entendemos que poderia e teria o direito de apresentar o seu requerimento, mas o faça e deixe a Assembléia votar e discutir, como nós fizemos o mesmo, a Assembléia vota e discute, não apensar, não requerer a anexação do vosso requerimento ao requerimento da nossa bancada, que essa Assembléia não tem autonomia para aprovar ou reprovar.

Nós entendemos que o Deputado Rosinha fez aqui a sua defesa, a defesa do nosso Partido, que é o que hoje se prova e eu desafio que a Justiça prove algum ato de corrupção que não seja punido das administrações do PT, desafiamos isso.

Tanto é que uma das coisas, uma das inverdades colocadas no requerimento do Deputado Fregonense, que diz que a Justiça intimou a Prefeita a despedir as pessoas... ao contrário, a Prefeita que pediu auditoria e demitiu as pessoas responsáveis por um erro que houve lá no Governo de São Paulo.

Então, não existe prova, e nós desafiamos, é a única arma, eu diria o contrário, é a única arma que temos, é preservar a dignidade das administrações públicas, e uma delas não é Reforma, meia frase, não existe provas e o que tem de sério nas administrações é a seriedade, a transparência, a honestidade, e nós desafiamos algum ato de corrupção em alguma das prefeituras que o PT administra, não seja punido, demitidos os culpados, se houver, como em alguns casos foram demitidos pela iniciativa própria da administração, porque isto é o que preserva, é a seriedade na administração, é o resgate, a dignidade política.

Por isto, esse Movimento Nacional, que ninguém tem mais dúvidas que ele cresce, e que a sociedade brasileira exigirá a renúncia do Presidente Collor, pela sua incompetência, pelo que este Presidente impôs este País, ao nosso País, a miséria, a fome, agora a corrupção deslavada, que ninguém tem mais dúvida que ele está comprometido e temos certeza que a CPI vai incriminá-lo e o que nós estamos querendo com esse requerimento é simplesmente antecipar essa angústia da sociedade brasileira, o povo não quer mais este homem na Presidência da República, quanto mais ele demora lá, mais o povo se angustia, mais o povo pára e mais a sociedade brasileira está perdida.

Por isso, nós queremos, pedimos que a Assembléia não se manifestasse, que todos pudessem fazer neste Paraná, nesse País, todas as Assembléias, e que o Presidente pudesse antecipar a sua saída, para que o País não fique mais um mês, seis meses ou um ano parado, para que saindo ele de lá,

os empresários possam investir, o País possa novamente entrar nos trilhos, a credibilidade volte à Nação brasileira.

É isso que nós queremos e entendemos que esta Assembléia deveria votar um pedido de renúncia que nós apresentamos no requerimento ao Presidente Fernando Collor, porque com isso nós estamos antecipando essa angústia que a sociedade brasileira tem.

Portanto, nós queremos reafirmar que ninguém, em sã consciência, poderá defender hoje a permanência de Collor, e eu repto, comparar a administração Collor, comparar o que a imprensa que se diz hoje no País, com a administração da Prefeita Erundina, é no mínimo, Deputado Fregone-se...

Vossa Excelência não poderá estar corretamente pensando, se assim o fizer, como infelizmente fez nesse requerimento, e reafirmamos a defesa aqui feita pelo Deputado Rosinha.

Nenhuma CPI existe correndo em São Paulo, e se há, que a Câmara faça e casse, que nós apoiamos. Mas não se pode comparar um fato destes...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1353/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, em função de compromisso em sua região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoia-se. A Diretoria Legislativa.

A SRA. LYGIA PUPATTO (Pela Ordem) - Quer registrar aqui a presença dos alunos da PUC que estão hoje discutindo com aquela diretoria o aumento abusivo das mensalidades e convidaria todos os Deputados para permanecerem depois da sessão pois eles vão nos expor os seus problemas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente sessão, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 10/92, que trata da criação do

Estado do Iguaçu. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/92, de autoria do Deputado José Artur Ritti, que determina que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade seja destinado a entidades assistenciais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Emenda substitutiva da C.C.J. - **Aprovada.**
Projeto. - **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para registrar a presença entre nós do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal Darcy Deitos. Sua presença muito orgulha este Poder já que a ele pertenceu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/92, de autoria do Deputado Ernani Pu-dell, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco de Cascavel - PR". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia", com sede e foro na Cidade de Califórnia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/92, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapoti". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 53/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a transferir o "Hospital Carolina Lupion" ao

município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com Substitutivo Geral de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado** Substitutivo Geral de Plenário, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 205/92.

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Erondy Silvério, autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Carolina Lupion ao município de Jaguariaíva.

A presente emenda substitutiva geral ao presente projeto, de autoria também do Deputado Erondy Silvério, foi novamente chamada esta Comissão a se manifestar.

No tocante à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos a opor a sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO:

É o parecer!

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 054/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões e cinquenta e dois mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 105 de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 201/92

P A R E C E R:

Para manifestação dos integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça, Projeto de Lei n° 201/92 (Mensagem n° 54/92) de autoria do Poder Executivo, objetivando a autorização legislativa mediante aprovação neste Poder Legislativo de crédito suplementar no montante de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões e cinquenta e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, com destinação em seu texto especificada.

Por se encontrar elaborada dentro dos preceitos atinentes a espécie, e, sem inconvenientes que possam obstaculizar as intenções da presente matéria, nosso parecer é FAVORÁVEL à apreciação da mesma, sobre o aspecto legal.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1226, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do Expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1228, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante no Expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1235, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1234, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. - Em Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

O art. 55 da Constituição do Estado do Paraná diz o seguinte: "A Mesa da Assembleia Legislativa encaminhará pedido escrito de informações aos Secretários de Estado a requerimento de qualquer parlamentar após aprovação pelo Plenário.

Diante do que dispõe esse artigo entendemos que o requerimento do Deputado Rafael Greca não atende aos preceitos constitucionais. Eu solicitaria V.Exa. que não o recebesse nesse momento para que o Deputado pudesse providenciar a redação correta do mesmo encaminhando ao Secretário competente para analisar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Indeferido o requerimento de V.Exa. O requerimento é dirigido ao Sr. Governador do Estado e preenche os dispositivos regimentais. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se para amanhã, a discussão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 1231, 1232 e 1233, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1229, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, e Nelson Justus e demais Srs. Deputados constante do Expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1238, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, com apoio dos Srs. Deputados Paulo Maia, Geraldo Cartário, Domingos Carvalho e demais Srs. Deputados constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1237, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do

expediente .- Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno. Requerimento nº 1236, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Lygia Pupatto e Ovídio Constantino, com apoio do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1208, de autoria dos Srs. Deputados Lygia Pupatto, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. - **Oficiar na forma de apelo dos signatários.**

Requerimento nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente de sessão anterior. - **Oficiar na forma de apelo dos signatários.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu levanto uma questão de ordem em ambos os requerimentos.

Não estou, absolutamente, defendendo nem a permanência do Presidente da República e muito menos a renúncia também da prefeita de São Paulo. Mas, eu consultaria a Mesa se essas duas eminentes autoridades foram condenadas. Se já houve uma condenação formal ao Presidente da República e a prefeita de São Paulo?

Pelo que me consta nenhuma das pessoas foram condenadas. Então, faço um apelo à Mesa para que ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A propósito, Deputado Erondy, o artigo 5º da Constituição Federal: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Nessas condições os requerimentos **serão encaminhados como se fossem apelo pessoal dos signatários dos requerimentos.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

201/92, e do Projeto de Resolução nº 010/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre os ofícios de nºs 12 e 13/92 da Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais. De acordo com o regimento interno e havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa declarou abertos os trabalhos da presente reunião, apreciando as matérias que tiveram como Relatores os Senhores Deputados Paulo Maia e João Iensen. O Senhor Deputado Paulo Maia relatou o ofício nº 12/92, que trata da doação feita à Prefeitura de Almirante Tamandaré, no valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), para atender às vítimas do vendaval que assolou aquele município, dando parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por unanimidade por seus nobres pares. O Senhor Deputado João Iensen relatou o ofício nº 13/92, que trata da doação feita ao Centro de Pesquisas e Ensino de Pediatria - Serviço de Hidratação José Rubens Lima - Hospital de Clínicas - Departamento de Pediatria, Curitiba-PR., no valor de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) e ao Ministério de Recuperação Hermon, Curitiba-PR, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), atendendo assim a entidades dedicadas à recuperação de crianças e carentes, aprovando o Parecer, no que foi unanimemente acompanhado pelos seus nobres pares, dado a ação beneficente que cada vez mais distingue a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais - APASDE. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, marcando uma próxima quando da existência de matéria e, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

Maria Regina Subtil

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Arlindo Troian, Paulo Maia, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Toti Colaço, Mário Bezerra, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto, Ovídio Constantino. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 199/92 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Proposição Veto nº 77/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Proposição Veto nº 69/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 200/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 205/92 de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 6) Proposição Veto nº 75/92 de

autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 7) Proposição Veto nº 65/92 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 511/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 201/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 9) Proposição Veto nº 71/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 10) Proposição Veto nº 72/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 64/92 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 386/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 164/92 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária